

BORREGAARD: UM MARCO DA LUTA AMBIENTAL NO RIO GRANDE DO SUL

Lilian Dreyer¹

Quando a fábrica de celulose Borregaard se instalou no Rio Grande do Sul, quase quarenta anos atrás, sem o pressentir, solidificou um dos mais combativos movimentos de resistência ecologista que o Brasil já conheceu e inaugurou um inédito processo de revisão de métodos produtivos. Esse processo viria a contar com a colaboração de ninguém menos que o ecologista-emblema dos gaúchos, José Lutzenberger.

Lutzenberger estava abandonando uma bem-sucedida carreira internacional, havia decidido demitir-se de uma conhecida empresa do ramo químico, com sede na Alemanha. A preocupação que ele demonstrara ao reunir-se pela primeira vez com os futuros companheiros da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, a AGAPAN, em agosto de 1970, com relação à fábrica de celulose que então se instalava às margens do rio Guaíba, próximo a Porto Alegre, mostrou-se plenamente justificada. Ao entrar em operação, a Borregaard, de capital norueguês, em pouco tempo tornou-se uma espécie de "inimigo público número um".

O discurso desenvolvimentista da época chegava ao ponto de fazer com que ministros de Estado brasileiros, ao convidar investidores, proclamassem: "venham poluir aqui". Os noruegueses da Borregaard levaram o convite tão ao pé da letra que não destinaram um único centavo a equipamentos antipoluição. É verdade que não agiriam de forma muito diferente se estivessem na Europa, onde as fábricas de celulose também eram um pesadelo ambiental, mas lá a opinião pública começava a apertar. O fato é que não se sentiram minimamente motivados a instalar qualquer tipo de filtro ou barreira nos esgotos e nas chaminés de sua unidade gaúcha. "Eles vieram para cá achando que estavam indo para o fim do mundo, e esse foi o seu grande erro", constataria o professor Flávio Lewgoy, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, químico e geneticista que aderiu à AGAPAN.

Foi realmente um erro estratégico que a empresa não buscasse ao menos minorar o efeito mais notável de suas emissões aéreas, o dos compostos sulfurados. Mal a Borregaard entrou em operação, em março de 1972, a cidade de Porto Alegre foi tomada por um insuportável cheiro de repolho azedo. Levantou-se tamanho clamor público que a imprensa nem teria como deixar de repercutir. Antes saudada nos editoriais como portadora da "arrancada desenvolvimentista sul-rio-grandense", prestigiada nos atos inaugurais por um elegante time de embaixadores nórdicos – da Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia, a empresa começou a ser veementemente instada a dar explicações sobre seus péssimos hábitos de higiene. "Seu diretor-superintendente saiu-se com a cândida declaração de que, ao entrar em funcionamento, haviam "surgido" na indústria três problemas de poluição: "ruído, ar e água."

¹ Jornalista, biógrafa, autora do livro Sinfonia Inacabada: A vida de José Lutzenberger.

Ironicamente, os despejos malcheirosos da Borregaard vieram a constituir o fermento que fez crescer a massa ambientalista. Seria difícil pensar em alguma campanha pré-deliberada que rendesse tamanha exposição na mídia a um movimento emergente. As advertências prévias de estudiosos sobre os efeitos nefastos dos despejos da produção de celulose bruta, como as do químico Milo Raffin, advertências datadas do tempo em que a fábrica ainda era um projeto, haviam caído no vazio, mas a partir de então esses argumentos ganharam espaço nos meios de comunicação. Os protestos pipocavam e, devido à cobertura da imprensa, se retroalimentavam. A Assembléia Legislativa instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito, tomando por gancho os benefícios de dinheiro público que a Borregaard havia recebido para sua implantação, e entidades respeitáveis como as Associações Médicas entraram na briga. Mesmo assim, levou quase dois anos para que se conseguisse começar a barrar a poluição. No fim de 1973, o secretário da Saúde do Estado foi pessoalmente interditar a fábrica, a partir de então jogada num ciclo de sanções que resultaram na efetivação de controles ambientais e, mais adiante, na nacionalização da empresa, que passou a se chamar Riocell.

Dez anos depois, 1983, a Riocell viria a convidar ambientalistas e imprensa a conhecerem o "sistema não convencional de branqueamento de celulose" que estava inaugurando. Poucos ecologistas acompanharam essa visita, mas Flávio Lewgoy e José Lutzenberger estavam lá. Mesmo depois que o cheiro desapareceu e o caso deixou de ser notícia, Lutzenberger mantivera a Riocell sob sua mira implacável. Ele continuou a criticar os processos da fábrica, lembrava o perigo do uso de cloro e não permitia que caíssem no esquecimento as toneladas de resíduos que, todavia iam parar no rio. Ele e Lewgoy não perderiam, portanto, a oportunidade de ver a toca do monstro por dentro. Acompanharam a comitiva de cerca de cinquenta pessoas no giro pela nova planta, ouvindo as explicações dos técnicos e do diretor-superintendente da empresa, que havia investido 250 milhões de dólares na proposta de ser o oposto do que fora a Borregaard. Abrindo e demonstrando os seus processos e a nova estação de tratamento de efluentes, garantiram que a Riocell estava habilitada a produzir celulose branqueada – a parte final do processo produtivo, que antes se realizava no exterior – adotando a mais moderna tecnologia conhecida para evitar danos ambientais.

Os dois ecologistas mantiveram-se cautelosos nas declarações à imprensa, mas sentiam-se de certo modo gratificados, pois tinham sido líderes de um movimento que produzira uma notável mudança de atitude. A Borregaard não tivera a mínima preocupação com o ambiente e se colocara numa posição desrespeitosa para com a comunidade, enquanto a Riocell demonstrava querer aproximar-se do moderno conceito de produção em ciclos fechados, que interpreta como "desperdício" a liberação de resíduos no ambiente, e reconhecia que devia explicações à população sobre os aspectos pelos quais esta era afetada.

Lutzenberger aproveitou a oportunidade para deter-se na estação de tratamento de efluentes, cismando sobre que tipo de resíduo químico estaria presente no enorme volume de lodo de celulose que ali se depositava. Se esse lodo fosse analisado, seria

possível determinar até que ponto os processos internos da fábrica estavam realmente conseguindo evitar a liberação de poluentes no rio. Ele solicitou, e a empresa lhe franqueou, acesso à estação de tratamento, onde o ecólogo e ecologista nos próximos três anos passaria a coletar amostras para pesquisa, por sua conta e às suas expensas. Teve início assim um trabalho de investigação, naquele tempo inédito, sem paralelo conhecido em atividade industrial do gênero.

Em uma de suas visitas para coleta de amostras, ainda em 1983, Lutzenberger manifestou sua desaprovação ao modo como estava sendo feito o plantio de árvores na área de aterro do entorno da estação de efluentes. Ofereceu-se para passar à equipe encarregada noções sobre como criar um bosque. Aliás, se desejavam criar um parque no local, por que não faziam logo um trabalho decente de paisagismo e reconstrução ecológica? - perguntou ele ao diretor Aldo Sani, que o acompanhava. Sani na mesma hora convidou-o a assumir profissionalmente a empreitada. Lutzenberger ficou de pensar, mas não pensou muito. Havia sido fisgado pelo potencial do lugar, percebeu a oportunidade de desenvolver naquele aterro inóspito um trabalho modelar, uma ilustração completa dos seus conceitos de intervenção paisagística. Aceitou a tarefa, como consultor.

Cerca de dois anos depois de ter iniciado suas pesquisas com o lodo de celulose, mandou um relatório ao superintendente da Riocell, explicitando seus métodos e os resultados obtidos até então. A empresa interessou-se pela investigação e decidiu investir nela. O lodo passou a ser avaliado também por laboratórios especializados. As suposições e conclusões a que Lutzenberger vinha chegando se confirmavam. Mas o ecologista manteve-se apenas como consultor em paisagismo. Embora suas pesquisas independentes eventualmente o levassem a opinar sobre os processos de produção da fábrica, só se dispôs a trabalhar como prestador de serviços para a Riocell depois de convencer a si mesmo de que os efluentes líquidos da fábrica estavam sob controle.

- Ele temia o cloro, as dioxinas - explica o agrônomo Fernando Bergamin, que na época começava a trabalhar com Lutzenberger. - Então ele criou sucessivas gerações de peixes com o lodo da Riocell, para ver se ao longo do tempo surgiriam deformações ou algo assim. Ele fez experimentos usando minhocas, peixes e tubifex. Fez experiências de fermentação biológica, para ver se havia geração de metano. Não lhe trazia nenhuma remuneração, mas todo tipo de experimentos que pudesse fazer por conta própria, ele fez. Em uma de suas viagens à Alemanha, até levou amostras para análise em laboratório de alta precisão, que não havia na época no Brasil.

Mais adiante, a pequena equipe da empresa de consultoria que Lutzenberger criara iniciou outro tipo de investigação, para levantar como as fábricas de celulose ao redor do mundo estariam tratando seus resíduos sólidos. Descobriram que não havia nenhuma, em lugar algum, que os reciclasse. Assim como a Riocell fazia na época, o lodo de celulose era levado das estações de tratamento para depósito em aterros. A Lutzenberger, que era agrônomo com pós-graduação em química, ocorrera que este resíduo sólido, em vez de ser desperdiçado e virar um problemático entulho, poderia transformar-se em excelente adubo. Essa reciclagem o deixou alvoroçado, mas só a

aceitou como viável depois de ver confirmados os resultados de seus testes, ao certificar-se de que não havia resíduos perigosos no lodo da fábrica.

Entretanto, a desconfiança dos ambientalistas em relação à Riocell estava longe de ser vencida. Pelo fato de a fábrica ter reduzido, mas não excluído o cloro de seus processos, suspeitavam que continuassem chegando à água do Guaíba efluentes líquidos contendo as temíveis dioxinas. As críticas que choveram sobre Lutzenberger prendiam-se principalmente a essa questão. Ele não deveria trabalhar com a Riocell, argumentava-se, enquanto esta trabalhasse com cloro. Lutzenberger respondia que era melhor atacar as outras fábricas de papel, a absoluta maioria, que ainda não tinham alterado em nada seus processos de produção altamente poluidores. "A Riocell hoje é uma das mais limpas do mundo", asseguraria ele tempos depois, quando a compostagem dos resíduos sólidos da fábrica tinha se efetivado e os exames de laboratório apontaram nos efluentes níveis de dioxina inferiores a cem partes por trilhão, semelhantes aos que se registram atualmente no esterco de vaca ou nas folhas de árvore das cidades. Com as consecutivas mudanças nos processos produtivos, segundo dados que continuariam a ser acompanhados pela empresa de Lutzenberger, quinze anos depois os níveis de dioxina nos dejetos tinham caído para índices de menos de dez partes por trilhão.

Lutzenberger foi um dos maiores críticos dos modelos de produção e consumo da sociedade contemporânea, mas acreditava que a transição para um novo modelo só aconteceria de fato quando o meio empresarial compreendesse que poderia trabalhar com a natureza, ao invés de sempre opor-se a ela. Dos ecologistas, cobrava que fossem além da constatação, que contribuíssem com soluções. Ele pagou o preço que seu pioneirismo cobrou dele próprio e, de qualquer forma, no episódio Riocell, tanto o movimento ecológico quanto um de seus maiores líderes cumpriram seu papel.

A Riocell passou para o controle acionário do grupo Aracruz. Prestes a duplicar sua planta, pouco se sabe sobre os atuais processos da fábrica.

Quarenta anos depois, é de se esperar que as empresas estejam mais, e não menos, conscientes de que devem inovação ecológica e explicações à comunidade, sobre os aspectos pelos quais esta é afetada.